

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“O quadro é grave e mostra por que a chegada das SAFs (Sociedades Anônimas de Futebol) é vital”

Receitas dos clubes brasileiros emperram e dívidas disparam

A XP produziu um relatório que traça um panorama completo do futebol brasileiro. Basta observar os números com atenção para descobrir que a pátria de chuteiras parou no tempo. No ano passado, as receitas dos 20 clubes que disputaram a Série A totalizaram R\$ 6,5 bilhões. O número representa um crescimento real de apenas 1% em relação ao desempenho de 2019, antes da pandemia. Em 2022, a surpresa: o resultado será pior. Com a conjuntura econômica adversa, a XP acha que a soma do faturamento deverá recuar, não ultrapassando os R\$ 6,4 bilhões. As dívidas, por sua vez, aceleram. Em 2019, as 20 agremiações da principal divisão nacional acrescidas de alguns times da série B deviam R\$ 7,6 bilhões. Em 2021, o montante saltou para R\$ 9,1 bilhões. O quadro é grave e mostra por que a chegada das SAFs (Sociedades Anônimas de Futebol) é vital para dar algum fôlego aos clubes do país pentacampeão.

Gustavo Oliveira/athletico.com.br



Na Holanda, home office pode se tornar um direito garantido por lei

Uma proposta defendida por parlamentares holandeses abre novas frentes de discussão sobre o home office. Eles pretendem que o trabalho remoto seja transformado em um direito garantido por lei. A ideia é que, para determinadas funções, as empresas sejam obrigadas a oferecer aos colaboradores a possibilidade de dar expediente longe do escritório. Há muita indefinição sobre o tema. Algumas companhias têm forçado o retorno dos empregados, mas boa parte deles não quer a volta do velho modelo.

Reprodução/EY



O sistema híbrido é o que veio para ficar. Estamos aprendendo com isso, é tudo novo, mas estamos muito confiantes que o híbrido vai ser para sempre”

Hélio Rotenberg, presidente da Positivo Tecnologia, sobre a nova realidade do trabalho, que pressupõe um tempo no escritório e outro em casa

TIM ativa tecnologia 4G em todos os municípios mineiros

A operadora TIM concluiu a ativação da cobertura 4G em todos 853 municípios de Minas Gerais. Para alcançar a meta, a empresa investiu em um plano de expansão agressivo, com uma média de uma nova cidade ativada a cada três dias. Não foi simples superar desafios como o relevo montanhoso e a falta de energia em algumas localidades. A companhia instalou 163 biosites (antenas adaptadas ao meio ambiente), além de antenas SkyCoverage (próprias para regiões remotas) em 16 cidades mineiras.

22,32 milhões

Quantidade de livros vendidos no Brasil nos cinco primeiros meses do ano, com aumento de 8,18% em relação ao mesmo período do ano passado. As receitas, de R\$ 996,39 milhões, subiram 12,35%. Os dados são do Painel do Varejo de Livros no Brasil, produzido pelo Nielsen Bookscan e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL).



Petro Parolo/AFIP

RAPIDINHAS

» Os pagamentos por aproximação avançam no Brasil. Em 2021, o sistema movimentou R\$ 198,9 bilhões em compras — ou 384,6% acima de 2020, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). A entidade estima que, até o fim do ano, metade das transações presenciais será feita com a tecnologia.

» Lançado pela Nintendo em 1985, o personagem Mario Bros se tornou desde então uma fonte inesgotável de negócios. Há alguns dias, chegou ao mercado o jogo Mario Strikers para o console Nintendo Switch. Em quase 40 anos de história, Mario Bros divertiu 1 bilhão de jogadores em diversas plataformas e diferentes partes do mundo.

» A Netflix vai ficar parecida com um canal de TV tradicional. Em conferência nos Estados Unidos, Ted Sarandos, que responde pelo conteúdo do streaming, confirmou que sua empresa deverá veicular anúncios. Com a queda do número de assinantes e a concorrência cada vez mais acirrada, essa é a melhor saída possível.

» O uso da cannabis se tornou realidade na saúde. Em maio, quatro produtos a base de canabidiol (CBD, que não produz efeitos psicoativos) foram aprovados pela Anvisa. Com isso, já existem 19 medicamentos disponíveis no mercado brasileiro. O CBD pode ajudar portadores de doenças como epilepsia, mal de Parkinson e depressão.

PETROBRAS / Associação que representa empregados acionistas ameaça recorrer à Justiça se indicado pelo governo para a presidência da estatal for aprovado. Para entidade, profissional não cumpre requisitos exigidos para o cargo

Barreiras a Paes de Andrade

» MICHELLE PORTELA

A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) enviou ofício aos membros do Conselho de Administração da Petrobras e do Comitê de Elegibilidade da companhia contra a indicação de Caio Paes de Andrade para a presidência da estatal. A entidade afirma que há inconsistências no currículo do gestor e sugere que Andrade “seja rejeitado, visto o cenário de instabilidade que pode acarretar sua nomeação”.

A associação enviou a mensagem com apoio da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos filiados. O grupo alertou, ainda, que “caso o nome seja aprovado, buscará os meios legais, tanto nos órgãos de controle, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVN), quanto no Poder Judiciário, para que a decisão seja revista”. O comitê de Elegibilidade deve avaliar hoje se Paes de Andrade atende aos requisitos exigidos pelo cargo e entregar um parecer ao Conselho de administração da companhia.

Sem experiência

A notificação da Anapetro afirma que Andrade não atende a exigências técnicas da Lei das Estatais e do Estatuto Social da Petrobras. “O senhor Andrade não possui notório conhecimento na área, além de ser formado em comunicação social, sem experiência no setor de petróleo e energia”, diz o documento.

Além disso, acusa a Anapetro, o candidato não apresentou certificado de conclusão dos cursos que diz ter feito nas Universidades Duke e Harvard,

nos Estados Unidos. “O currículo apresentado pelo indicado de Bolsonaro à Petrobras fala em pós-graduação em Administração e Gestão pela Harvard University e Mestre em Administração de Empresas pela Duke University. A Petrobras exige a comprovação por meio dos certificados”, afirma o documento.

“O currículo de (Paes de Andrade) esbarra em pelo menos dois impeditivos para sua nomeação: a experiência profissional e a formação acadêmica”, reforçou o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração

da Petrobras, Rosângela Buzanelli, por meio das redes sociais.

“O governo trata a Petrobras como uma empresa de fundo de quintal em total irresponsabilidade e falta de respeito aos acionistas e à importância da empresa para a sociedade brasileira. Os impactos financeiros negativos dessas trocas constantes e a tentativa de nomeação de pessoas não capacitadas, como parece ser o caso, demonstram que o governo quer interferir na gestão da empresa para depreciar ainda mais seus ativos colocados à venda”,

afirmou o presidente da Anapetro, Mario Dal Zot.

Paes de Andrade foi formalmente indicado ao cargo pelo Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida para o lugar de José Mauro Coelho, que, após ter sua demissão anunciada pelo governo, renunciou ao cargo na última segunda-feira. O governo também indicou seis novos nomes para o Conselho de Administração. Para analistas, o objetivo é interferir na política de preços dos combustíveis, que tem se mostrado um complicador para os planos de reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL).

MANÉ GARRINCHA

Distrital vai ao TCDF contra a Arena BRB

O deputado distrital Leandro Grass (PV) ingressou com representação no Tribunal de Contas do Distrito Federal contra a operação que levou o Banco de Brasília (BRB) a pagar R\$ 7,5 milhões para ser incluído na nomenclatura do estádio Mané Garrincha. No documento, o parlamentar e pré-candidato ao Governo do Distrito Federal pede ao tribunal que mantenha o nome do estádio como Mané Garrincha e que realize uma auditoria sobre o contrato, a fim de “afirmar sua vantajosidade e economicidade” para o GDF.

Segundo o termo estabelecido entre a Terracap e o consórcio que administra o espaço esportivo, desde dezembro de 2021 o local se chama Arena BRB Mané Garrincha. O negócio, conhecido no meio empresarial como

naming rights, permite que empresas tenham direito a nome em empreendimentos esportivos. O contrato tem vigência até 2024, mediante pagamento de três parcelas anuais de R\$ 2,5 milhões pelo BRB.

Na representação ao TCDF, Grass questiona o negócio. Afirma, em primeiro lugar, que o BRB pagará, a cada ano, metade do que o GDF teria direito a receber pela outorga de 35 anos concedida ao consórcio Arena BSB, administrador privado do estádio. Segundo cálculos apresentados por Grass, o Executivo local receberia R\$ 5 milhões anuais do consórcio após o prazo de carência, previsto para se encerrar em 2024. Nesse meio tempo, porém, o BRB desembolsaria R\$ 2,5 milhões anuais para

Andre Borges/Agência Brasília



Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha: deputado pede auditoria do contrato sobre “naming rights”

batizar o estádio e vincular sua imagem ao monumento.

Grass ressalva, ainda, uma inobservância legal. O parlamentar afirma que o contrato entre a Terracap e a BSB Arena prevê a adoção do naming rights, desde que “observada a

legislação vigente”. Ocorre que o nome Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha está amparado pela lei 4.888/2012. “Em síntese: o estádio tem um nome, definido por lei, mas que é absolutamente desrespeitado pelo contrato entabulado entre

o BRB e a Arena BSB”, afirma Grass na representação.

O deputado menciona, ainda, que enviou ofícios ao presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, com pedido de explicações, mas não obteve resposta. “Para além disso, não há

qualquer esclarecimento acerca do cumprimento das Leis 4.052/07 e 4.888/12 e nem ao menos quaisquer estudos acerca da viabilidade de tais pagamentos e o seu retorno à população”, acrescentou Grass.

A oposição de Grass à mudança de nome do Mané Garrincha, mediante o uso de dinheiro público, é compartilhada por outros parlamentares. “É um erro investir dinheiro nisso, é gastar sem ter nenhum tipo de retorno. O BRB enxovalha o próprio nome ao emprestá-lo ao estádio”, ataca o deputado distrital Chico Vigilante (PT).

Também pré-candidato ao governo do DF, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) pede apuração detalhada sobre os gastos da parceria. “O relacionamento do BRB com o Mané Garrincha merece um olhar especial do TCDF (Tribunal de Contas do DF) pelos inúmeros aspectos obscuros que apresenta, assim como a da parceria com o Flamengo”.